



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Experiência de Assistência Técnica no LabHab-FAUUSP – pesquisa e participação na construção do conhecimento

*Technical Assistance at LabHab-FAUUSP – research, participation and the building of
knowledge*

*Experiencia de Asistencia Técnica en el LabHab-FAUUSP - investigación y participación
en la construcción de conocimiento*

MARTINS, Maria Lucia Refinetti (1)

(1) Professora Doutora, Universidade de São Paulo, USP – PPGAU-FAUUSP, São Paulo, SP, Brasil;
email: malurm@usp.br



Experiência de Assistência Técnica no LabHab-FAUUSP - pesquisa e participação na construção do conhecimento

*Technical Assistance at LabHab-FAUUSP – research, participation and the building of
knowledge*

*Experiencia de Asistencia Técnica en el LabHab-FAUUSP - investigación y participación
en la construcción de conocimiento*

RESUMO

O presente texto procede ao resgate de trajetórias do Laboratório de Habitação e Assentamentos humanos da FAU-USP nos dezoito anos de sua existência, para reflexão sobre sua prática de pesquisa e extensão ao longo desse período e no momento atual. Com esses elementos procura discutir o escopo da atividade de extensão universitária, seu significado e sua conexão com o ensino de graduação e a pesquisa, mas além desses, com a Pós-Graduação e com a potencialidade da Residência em Arquitetura e Urbanismo.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária, assistência técnica, pesquisa participativa, canteiro-escola

ABSTRACT

This document looks for rescuing the trajectories of Laboratory for Housing and Human Settlements at FAUUSP in the eighteen years of its existence to reflect on its practice of research and extension over this period and in the present. With these elements it seeks to discuss the scope of the activity of university extension, its meaning and its connection with the undergraduate teaching and the research and, further than these, with the Graduate Course and with the potentiality of the Residence in Architecture and Urbanism.

KEY-WORDS: *University Extension, technical assistance, participatory research, construction site school*

RESUMEN

El presente texto tiene por objeto el rescate de la trayectoria del Laboratorio de Habitación y Asentamientos Humanos de la FAU-USP a lo largo de sus dieciocho años de existencia, para la reflexión sobre su práctica de investigación y extensión en ese período y en el momento actual. Con esos elementos pretende discutir el alcance de la actividad de extensión universitaria, su significado y su conexión con la enseñanza de grado y la investigación, pero también con el posgrado y con el potencial de la Residencia en Arquitectura y Urbanismo.

PALABRAS-CLAVE: extensión universitaria, asistencia técnica, Investigación participativa, obrador-esuela



1 O LABHAB

O final da década de 1980 foi uma espécie de momento mágico na expectativa da democratização do país de um modo geral, e particularmente das cidades. Foi o momento de inscrever na Constituição novos direitos e de apostar na construção de um conhecimento que respondesse às demandas sociais e às necessidades da maioria no país.

Os anos 90 se iniciaram com a nova Constituição, com a elaboração das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios. É também de então o projeto do Estatuto da Cidade, a partir das bases da emenda Popular pela Reforma Urbana que fora apresentada à constituinte. E que deu origem, na Constituição, ao capítulo II – Da Política Urbana.

O Laboratório da Habitação e Assentamentos Humanos foi criado em 1996, no Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, pela Profa. Erminia Maricato. O LabHab iniciou suas atividades em março de 1997, com a proposta de interligar as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária em um mesmo espaço, dando prioridade à formulação de alternativas para as demandas habitacionais, urbanas e ambientais que visassem a inclusão social. Assim, os trabalhos que desenvolveria - planos, projetos e assessoria a Municípios, ONGs e comunidade, deveriam ter sempre um caráter experimental, constituindo-se em processo de formação e capacitação para análise crítica e ação propositiva.

Com essa prática, buscava inserir na cena de pesquisa acadêmica as necessidades, demandas e pontos de vista daqueles setores sociais normalmente alijados dos cânones da produção teórica e técnica academicamente reconhecida.

Desde então, a experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. Por isso os projetos desenvolvidos - de assessoria, assistência técnica e pesquisa se articulam com disciplinas lecionadas pelo grupo de professores, na Graduação e na Pós-Graduação, oferecendo contextos e situações reais para o desenvolvimento de exercícios e desenvolvimento teórico dos conteúdos disciplinares.

Enquanto extensão / assistência técnica, a aposta principal é na construção de conhecimentos e qualificação de atores - estudantes, profissionais, agentes do poder público, sociedade civil, com vistas à ampliação do direito à cidade e à moradia, num quadro de diversidade de necessidades e de soluções.

Seu primeiro trabalho foi a pesquisa Parâmetros Técnicos para Urbanização de Favelas, realizada com objetivo de avaliar as características e qualidades técnicas de obras de urbanização de favelas, através da análise das intervenções tecnológicas, institucionais e dos resultados sociais obtidos nessas comunidades. Esta análise foi feita para a identificação de possíveis parâmetros técnicos para urbanização de favelas de modo a contribuir para a elaboração de uma política efetiva e abrangente para enfrentamento deste problema que à despeito das diversas ações realizadas pelo poder público, em suas várias esferas, ao longo das últimas décadas, mostra-se cada vez mais grave.

Foram pesquisadas oito comunidades em cinco diferentes cidades: Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Diadema ilustra a diversidade da realidade brasileira, de agosto de 1998 a dezembro de 1999, com financiamento da FINEP- Financiadora de Projetos e da Caixa Econômica Federal.



Como parte da pesquisa foi realizado o seminário “Favelas: Soluções Urbanísticas” (setembro de 1998), que apresentou as favelas como um importante objeto de reflexão e ação do arquiteto e do urbanista. O seminário pretendeu levantar a reflexão sistemática para a intervenção em favelas, alternativa de habitação crescente em todo o país e reforçar o engajamento da Universidade com essa importante face da realidade urbana brasileira.

Relatando-se apenas atividades de maior fôlego, cabe destacar, pouco depois, a assessoria técnica à Prefeitura Municipal de Santo André, realizada de 04/1998 a 06/1999, para a elaboração de Planos e Programas de Desenvolvimento Urbano e Habitacionais. Foram realizados workshops para capacitar tecnicamente funcionários municipais para a implementação da Política Habitacional, em especial para a formulação de princípios e conceitos fundamentais para a política de urbanização de favelas.

Este trabalho conjunto com a prefeitura resultou no Programa Integrado de Inclusão Social, programa social que combina a intervenção urbanística em favelas com o atendimento da população visando a inclusão sócio-econômica (programa inovador, reconhecido internacionalmente e premiado pela agência Habitat da ONU em 2002). A assessoria incluiu ainda projeto arquitetônico de uma “unidade de negócios” na favela; a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Santo André; e a definição de identidade visual para a política habitacional de inclusão social.

Em 2000 teve lugar a pesquisa e workshop: Terra Urbana para Políticas Sociais. Consistiu na realização de workshop e seminário de capacitação de funcionários municipais, estaduais e federais, promotores públicos, peritos judiciais especializados em definição de valores fundiários e imobiliários para fins de desapropriação de terras por interesse social (habitação, de meio ambiente ou de vias públicas e rural, relativa a reforma agrária), promovidos em conjunto com a SEHAB-PMSP e Lincoln Institute of Land Policy, em parceria com o Ministério Público-SP e apoio da Associação dos Juizes para a Democracia e Ordem dos Advogados do Brasil.

Atividade desenvolvida em duas etapas, iniciou-se com a pesquisa “A Questão Fundiária e as políticas Sociais”, com duração de um ano, finalizada em dezembro de 2000, com a realização de seminário com o mesmo título. Em 2002 a pesquisa foi retomada, para a realização de um workshop de duração de uma semana, de capacitação dos agentes envolvidos, com o título “Terra Urbana para Políticas Sociais”, novembro de 2002.

A pesquisa enfocou os processos de desapropriação, a partir de uma abordagem multidisciplinar, visando gerar intercâmbio de busca por alternativas sobre o tema dos custos das superindenizações por desapropriação de terra aos cofres públicos e as consequentes limitações para as políticas sociais. Teve apoio FINEP – promoção de eventos.

Nesse quadro de experiências, desenvolveu-se, a partir de 2003, o projeto Moradia Social e Meio Ambiente – Reparação de Dano e Ajustamento de conduta em Matéria Urbanística. O projeto iniciou-se com o objetivo de promover alternativas de regularização para loteamentos irregulares, nas áreas de proteção dos mananciais na Região Metropolitana de São Paulo, propondo soluções urbanísticas que fossem ambientalmente sustentáveis e passíveis de regularização jurídica, no caso de ocupações já consolidadas - de moradia pobre, irregular e ambientalmente inadequada.

Concebido desde o início como atividade múltipla de ensino pesquisa e extensão, o desenvolvimento do projeto, que integra também o ensino regular (disciplina de ateliê do

curso de graduação), buscava melhor compreensão da dinâmica de implantação de loteamentos e edificações irregulares e/ou clandestinos e a avaliação de seus efeitos negativos. Também identificou gargalos e dificuldades no controle do uso do solo, e maneiras mais adequadas de abordagem da questão da irregularidade, com instrumentos e soluções técnicas alternativas e possibilidades novas, como o recurso ao Termo de Ajustamento de Conduta e os novos instrumentos decorrentes do Estatuto da Cidade, como o Usucapião Especial Urbano ou o Usucapião Coletivo.

O projeto representa experiência de articulação entre as práticas e metodologias do universo jurídico (Ministério Público) e da área de Arquitetura e Urbanismo, promovendo transferência de informações e recursos técnicos entre os dois campos de conhecimento e agentes públicos municipais (da RMSP) vinculados à aprovação, controle e regularização de uso e ocupação do solo. Teve também o papel de formação e consolidação da área profissional, na medida que envolve estudantes de graduação, em disciplina regular do currículo.

O desenvolvimento do projeto contemplou três rumos principais de investigação, estendendo-se até 2006: aspectos técnicos (de arquitetura, urbanismo e infra-estrutura), aspectos jurídicos (regulação e jurisprudência) e aspectos de gestão (ações e práticas desenvolvidas pelos diversos agentes públicos responsáveis pela preservação dos mananciais - incluindo aplicação da legislação de controle do uso e ocupação do solo e fiscalização)¹.

Em 2003/2004 o principal trabalho desenvolvido foi a elaboração do Plano de Ação Habitacional e Urbana para áreas em situação de risco pela exclusão sócio-econômica e violência - Jardim Ângela, que procedeu a extensa análise e chegou a proposições, inclusive com projetos para áreas específicas. Como desdobramento, realizou-se o Curso de Desenvolvimento de Projetos Urbanos de Interesse Social, em M'Boi Mirim. Envolvendo funcionários, agentes de saúde e comunidade, resultou numa série de projetos e programas locais desenvolvidos coletivamente, bem como o embrião de um Conselho de Zeis, a ser constituído pela comunidade, já com domínio metodológico para iniciar o processo de elaboração do Plano de Urbanização da respectiva Zeis. Resultou também num conjunto de possibilidades de ação imediata por parte de funcionários e num espaço privilegiado de aprendizado para os diversos estudantes de graduação e de pós que participaram do processo.

Em 2010 deu-se início a pesquisa de extensão focada nos empreendimentos habitacionais produzidos no bojo do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, focando na análise da qualidade e apontando diretrizes para a melhoria da produção habitacional para o segmento

¹ O projeto desenvolveu-se, no âmbito do Programa e Políticas Públicas da FAPESP, em parceria do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos com Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Urbanismo e Meio Ambiente do Ministério Público, Secretarias de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente dos Municípios de Diadema, São Bernardo, Santo André e Embu, Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal – SP. As atividades, que envolveram pesquisa, extensão e ensino (Graduação e Pós-Graduação) tinham o objetivo específico de desenvolver, a partir do estudo de casos concretos, a proposição de soluções urbanísticas para mitigar os prejuízos coletivos nas situações de irregularidade consolidada e de difícil reversão, melhorando as condições ambientais e permitindo alguma solução/ regularização jurídica. Procurava também estabelecer restrições e exigências que facilitassem o processo de fiscalização e desenvolver parâmetros que contribuíssem para a elaboração dos Planos de Bacia, conforme instituído pela Lei no 9.866/97 – Proteção e Recuperação das Bacias. Buscava ainda, avançar no desenvolvimento de diretrizes de preservação / ocupação e uso do solo para áreas ambientalmente sensíveis e de mananciais na grande São Paulo – e outros grandes centros, incorporando à sua concepção ambiental e urbanística critérios e formas de aplicação, fiscalização e controle, compatíveis com a cultura e as normas jurídicas nacionais e locais e a efetiva capacidade de gestão do poder público. Toda essa temática segue como objeto de pesquisas, assessorias e formação de graduação e pós-graduação.

popular do mercado. Resultou na publicação “Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para implementação de projetos habitacionais e urbanos”.

Outra experiência relevante, atualmente em curso, vincula-se à pesquisa Manejo de Águas Pluviais em Meio Urbano, em rede de 16 universidades brasileiras. A parte relativa ao LabHab tem por objetivo articular soluções não convencionais de saneamento e drenagem urbana à configuração física de assentamentos precários, visando elaborar recomendações para regularização urbanística e ambiental. As propostas privilegiam a utilização de espaços coletivos do assentamento e situações de risco ambiental associado a áreas de encosta e margem de córregos;

Alternativas e sistemas construtivos são testados em canteiro-escola no campus e numa situação concreta, em São Bernardo do Campo – SP, em que participam a equipe de pesquisadores, associação de moradores, alunos de graduação e de pós-graduação, alunos e professores de segundo grau de Escola Estadual na área.

Os rumos do debate nessa instância serão utilizados para definir as questões prementes nesse território e os desafios para o seu desenvolvimento, bem como os parâmetros técnicos que poderiam engendrar soluções físicas e territoriais mais qualificadas do que as usualmente praticadas pelo poder público e empresas contratadas. Nesse sentido, a atividade abriu também uma importante frente com a prefeitura local, com realização oficinas para discussão do tema com funcionários locais, gestores e empreiteiras contratadas para as obras.

Reunir agentes públicos, sociedade organizada e universitários num trabalho conjunto de desenvolvimento de conhecimentos e patrimônio técnico, é um processo em que todos se qualificam, ampliando a possibilidade de que os projetos efetivamente se viabilizem - é o que o LabHab vem procurando em seus anos de atividades.

2 UM OLHAR ATRAVÉS DA HISTÓRIA

Estamos em 2014; se olharmos para trás, para os princípios, em 1996, o que mudou nesses dezoito anos, com interferência direta naquilo que se produz como atividade de extensão em Arquitetura e Urbanismo? Entre tantos, podemos destacar: a constitucionalização de novos direitos, o desenho de novos instrumentos jurídico-urbanísticos, um novo conceito de déficit habitacional e de Habitação de Interesse Social, o Programa Minha Casa Minha Vida, com seu capítulo III, referente à Regularização de Interesse Social, a entrada em cena da questão ambiental, as Leis Específicas das bacias Guarapiranga e Billings, a formulação do modelo de parcerias público-privadas, as OSCIPs ², a grande terceirização do estado local, a abertura do país à internacionalização e sua mudança de categoria de “em desenvolvimento” para “emergente” e o impacto que isso tem em termos de reconfiguração do capital imobiliário.

Ao longo desse período, o campo de diálogo entre a atuação dos movimentos sociais, gestões municipais democráticas, mandatos populares, ONGs, meio sindical e acadêmico, identificou a

² Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. São pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo é a prestação de serviços de assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar, preservação ambiental, promoção de direitos e assessoria jurídica, estudos e pesquisas, sob forma de parceria e convênio com o poder público. São reguladas pela Lei nº 9.790 de 1999. OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, desde que os seus objetivos sociais e as normas estatutárias atendam os requisitos da lei.



perspectiva da construção de um novo conhecimento. E foi a partir desses novos paradigmas que surgiram tantas propostas de políticas públicas, implementadas inicialmente em nível municipal e, a partir de sua criação, pelo Ministério das Cidades.

Resgato trajetórias do LabHab e de sua atividade de pesquisa e extensão / assistência técnica para reflexão sobre o período e o momento atual. Observando esses dezoito anos de percurso vemos que a maioria dos temas em que trabalhamos, hoje são políticas públicas: urbanização de favelas, regularização de assentamentos com critérios de mitigação, participação dos moradores em planos de ZEIS, importância da promoção de Habitação de Interesse Social em áreas centrais. Não fomos nós que inventamos, mas certamente participamos dessas formulações e do estabelecimento de princípios: pela atuação nos espaços de representação, nos concursos, no papel de pareceristas, nos membros do laboratório e nos alunos formados que se tornam gestores públicos, nos livros e artigos produzidos. Tivemos a oportunidade de desenvolver projetos de própria iniciativa, projetos apoiados por agências de fomento e projetos desenvolvidos como contratação de órgãos públicos para desenvolvimento de alguma ideia em gestação ou para preparar e orientar oficinas e cursos em que o saber acadêmico e o saber técnico de gestores e de usuários de políticas públicas se articulam para implementar programas.

As atividades de extensão e assistência técnica se desenvolveram como parte das horas de atividades de docentes em tempo integral ou turno completo, com estudantes, no âmbito de disciplinas optativas, por graduandos em seus trabalhos de graduação, pós-graduandos no âmbito de suas pesquisas de mestrado e de doutorado. Em alguns casos a equipe ampliou-se graças ao apoio de agências de fomento nacionais e internacionais, em outros, como contrato de assessoria com poder público.

Com base na prática desses anos é que se vem discutindo sobre a formação específica e qualificada para a ampliação da qualidade e quantidade da habitação de interesse social. Isso envolve imprimir uma ênfase ao tema nos currículos acadêmicos, mas também nas alternativas de atualização e especialização de profissionais. Implica também envolver na reflexão crítica o conjunto de instituições ligadas ao setor: instituições promotoras de habitação, instituições financeiras, registrarias, o Executivo, Legislativo e Judiciário. A cada um cabe, em seu âmbito, a revisão de conceitos, procedimentos e práticas, para que respondam às efetivas condições reais da habitação de interesse social e do amplo acesso à cidade.

Capacitar profissionais e instituições é fundamental, mas para que essa roda gire é necessário tanto que o tema receba reconhecimento enquanto Política Pública, quanto a articulação de recursos e estruturas de financiamento e gestão nos diversos níveis de governo, e a construção de um desenho que incorpore a produção da Habitação de Interesse Social na estrutura de desenvolvimento econômico. Nesse quadro é também da maior importância a constituição de um mercado de trabalho regular que incorpore os profissionais do setor. Apenas a produção do poder público, com a restrita quantidade de profissionais que consegue envolver, não é certamente capaz de dar conta da extensão nem da diversidade da demanda. Exemplos como as “assessorias técnicas” vinculadas aos mutirões, as cooperativas e os projetos comunitários precisam ser considerados, tanto quanto a constituição de carreiras específicas como nos moldes da “Saúde Pública” ou as alternativas de prestação de serviços desenvolvidas por sindicatos e entidades profissionais. A recente modalidade de ‘empresas gerenciadoras’ merece um estudo à parte.

No caso específico da Universidade, em sua missão precípua de ensino, pesquisa e extensão, cabem algumas reflexões particularizadas. Predomina em nossas Universidades que as atividades de caráter social – temas afetos às necessidades básicas da maioria da população, fiquem circunscritas à Extensão (que abrange toda a gama de atividades de relação com a comunidade externa). Apesar da Extensão fazer parte das atribuições acadêmicas, com frequência assume um caráter de “prestação de serviços” ou de “assistencialismo”. Representa – com frequência, a única parcela da produção universitária que se relaciona com o setor popular. O desafio que se coloca é inserir os temas enfocados pela extensão no âmbito da produção principal do conhecimento, na linha de ponta da pesquisas e do ensino. É necessário que toque efetivamente nos constrangimentos que bloqueiam a ação – grande parte deles expressão da falta não de tecnologia e de conhecimento, mas de humildade tanto para uma ação intersetorial e que reconheça no outro um interlocutor quanto para considerar as demandas essenciais da maioria da população como um desafio “de ponta”. Para tanto é necessário reconhecer que o quadro existente de precariedades é estrutural e não conjuntural ou condição transitória. É uma evidência empírica, demonstrada pelos últimos censos e pesquisas que, por exemplo a moradia na favela não tem sido mais, para a maioria das famílias que aí residem, um momento transitório, de passagem, mas uma condição de vida.

A maior parte do crescimento das cidades brasileiras não conta com a colaboração do conhecimento técnico formal ou também do financiamento público ou privado. A maior parte da produção das moradias se faz fora do mercado legal privado ou mesmo das políticas de promoção pública e ao largo da legislação urbanística e ambiental existente, sem qualquer apoio técnico.

Nesse quadro, o que se pode esperar da Universidade e particularmente de áreas vinculadas à produção do espaço construído? O laboratório nas Ciências Sociais Aplicadas é a sociedade; em Arquitetura e Urbanismo, congrega sociedade e espaço. Fazer ciência nessas áreas não pode ser apenas observação. A experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. O desenvolvimento de projetos e sua aplicabilidade são essenciais a essa construção. Daí a importância dos projetos concretos, das experiências práticas. Com base nos projetos experimentais pode-se construir os procedimentos metodológicos.

Considerando que o tempo e recursos institucionais são limitados, a escolha de determinado objeto de estudo esvazia a possibilidade de agir em outro. Assim, é fundamental que os objetos de estudo privilegiados, particularmente nas Universidades Públicas, tenham a perspectiva das necessidades e demandas da maioria – com excelência e a melhor tecnologia.

Isso não quer dizer que se possa deixar de conhecer, e no mais alto nível, os circuitos mais restritos de exclusividade e fortemente concentrados em que opera o grande capital. Mas é fundamental avaliar o impacto dessas ações sobre os setores majoritários, de forma que esse conhecimento e essas ações não representem mais investimento público direcionado sempre no mesmo sentido, para setores já contemplados. Um bom exemplo desse debate, do ponto de vista dos estudos urbanos, é o tema das designadas Operações Urbanas, figura adotada na prática urbanística em algumas cidades brasileiras e latino americanas, a partir de experiências europeias, que tem absorvido recursos intelectuais e financeiros com resultados claramente desfavoráveis à Habitação de Interesse Social e à inclusão social.

A massa de investimento social representado pelos professores e alunos na universidade, particularmente na universidade pública é algo relevante que no entanto jamais



quantificamos. É com essa quantidade de investimento público que estamos lidando. Para onde se dirigir é para onde estaremos dirigindo esse inestimável investimento.

As experiências dos Laboratórios da Habitação acadêmicos, surgidos em diferentes unidades, na década de 80, tanto quanto atividades de extensão de iniciativa dos próprios estudantes vêm propiciando um conhecimento e uma experimentação que permitiram a viabilização de empreendimentos auto-geridos, com assessoria própria, qualidade de projeto e um conhecimento altamente especializado. Levaram ao conceito de “direito à arquitetura”, em suplementação ao “Direito à Cidade”, com diversas experiências de políticas oficiais em administrações municipais populares e a ações localizadas com apoio de ONGs. Daí advém a percepção de que os percursos acadêmicos e de pesquisa são capazes de transformar-se em conceitos e práticas profissionais. Nesse rastro, e ainda de forma tímida pelo Brasil afora, diversas iniciativas vem se desenvolvendo no meio acadêmico, assumindo o enfoque crítico e analítico como base para a intervenção – sob a forma de projetos, programas, planos e gestão – sobre a cidade real, direcionada ao interesse público e à inclusão social³.

São passos no sentido de um duplo desafio: o do ensino / pesquisa / produção do conhecimento de um modo que não seja apenas transmissão / exercícios, mas inclua os estudantes na própria produção do conhecimento, e o desafio da identidade, do papel da Universidade, da representação e da articulação com outros setores sociais que compartilhem esses paradigmas.

A Universidade ajuda a formar um pensamento – por meio de sua participação direta, por meio dos profissionais que forma e que vão atuar nos mais diversos espaços da sociedade.

3 EXTENSÃO E RESIDÊNCIA

Muito se falou durante esse tempo na estruturação de Residência em Arquitetura e Urbanismo, como espaço de amplificação da extensão e formação continuada. A Residência pode ser um espaço de formação de profissionais especializados, e também a possibilidade de testar e desenvolver projetos e programas de uma forma mais crítica, experimental e com menores contingências de prazo de maturação e aferição.

A experiência do LabHab é principalmente em política urbana. A articulação com administrações municipais sempre existiu. Mas essa instância (o município) tem hoje um outro perfil. Perdeu espaço sua atuação direta, seus quadros técnicos se reduziram. A maior parte dos projetos e os próprios técnicos são de empresas gerenciadoras, contratadas por licitações amplas, em que cabem diferentes atribuições.

Nesse quadro, a viabilização da Residência hoje possível, passa por alguma forma de contrato com prefeituras ou outros órgãos públicos; formalmente uma configuração próxima a assessoria, o que altera sua possibilidade de formação independente.

Foge assim, das configurações idealizadas há duas décadas, de formação de profissionais e pensamento crítico para o setor público. Mas, se dificilmente vemos possibilidades de um contexto diverso da forma contrato, a importância de que a sociedade disponha de técnicos

³ Dentre essas iniciativas podem ser relacionados diversos Laboratórios de Habitação em Universidades brasileiras, em cursos vinculados à produção do ambiente construído. Inseridos na estrutura institucional de Faculdades ou Cursos de Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PUC Minas Gerais, PUC Campinas.



bem formados e com uma compreensão crítica do contexto em que se inserem, é inquestionável.

Enquanto campo de atuação da extensão, as práticas urbanas tiveram importante interação na conformação de políticas públicas, o que não se moveu tanto, no campo da edificação.

Se os programas de mutirão auto-gerido conseguiram pautar e viabilizar um padrão melhor de arquitetura nos empreendimentos construídos, a correspondente melhoria do parque edificado em áreas regularizadas ou a serem regularizadas é tema por desenvolver. Difícil, já que os cursos de arquitetura pouco trabalham com construção e os de engenharia pouco focam no projeto e na qualidade espacial. Os Códigos de Obras impedem a flexibilização dos padrões ainda que promovam qualificação e, conseqüentemente, o peso da responsabilidade profissional os inviabiliza. Ou se enfrentam essas questões fazendo frente às diversas formas com que essas questões são frequentemente escamoteadas ou encerra-se a hipótese de que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo podem contribuir na melhoria do dia a dia da vida de tantos cidadãos que precisariam de seus serviços. Lei que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social existe desde 2008 (Lei 11.888 de 2008), mas não sai do papel, afora raríssimas e pontuais exceções.

4 EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

No plano acadêmico a pós-graduação se consolidou, ampliou-se significativamente mas estabeleceu padrões de produtividade que privilegiam a produção escrita, induzindo a uma conduta de docentes e pesquisadores incompatível com a dedicação às atividades de extensão e à própria pesquisa extensionista.

O Plano Nacional de Educação, recentemente aprovado, estabelece como sua meta 14: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores”. Num país que tradicionalmente valoriza o diploma, mas muito menos o “estudar”, a qualidade do ensino e o esforço de busca do conhecimento, é ainda mais difícil conciliar ensino de massa e excelência.

O atual sistema de acreditação e avaliação tem sido determinante para estruturar um sistema de pós-graduação de alta qualidade, estabelecendo parâmetros e um admirável padrão de produção, mas podemos ter atingido um certo ponto crítico.

A predominância da avaliação quantitativa tem levado em alguns casos à superficialidade. A necessidade de objetividade para evitar personalismos (o que é positivo) no estabelecimento de “ranking”, leva, no entanto, a uma contabilidade binária (feito x não feito) que resulta no nivelamento dos produtos pelo básico, muitas vezes formal e suficiente apenas para atender ao quesito.

5 EM SÍNTESE

As diversas experiências acadêmicas que procuram articular ensino, pesquisa e extensão, buscam, em geral, desenvolver experiências didáticas e paradigmas disciplinares calcados mais na realidade e nas condições efetivamente observadas que em modelos e aproximações



teóricas. Buscam inserir na cena principal da pesquisa oficial a realidade e necessidades, demandas e pontos de vista daqueles setores sociais normalmente alijados dos cânones da produção teórica e técnica academicamente reconhecida. Tendo claro o funcionamento das relações de produção e o quadro estrutural da economia e sociedade brasileiras, a atividade de extensão, ao focar as carências populares tem clareza de seus limites na transformação social, mas tem certeza de sua relevância nas condições concretas de vida e no dia a dia de amplos setores sociais.

É evidente que tais experiências não entendem seu trabalho e propostas como soluções universais, capazes de dar conta da amplitude de necessidades, da diversidade da demanda. Seu espaço é experimental e dialoga com um recorte da demanda tanto quanto da forma de organização profissional. Do mesmo modo que a medicina alternativa, acabam por constituir nichos onde indivíduo, qualidade e valores humanos são valorizados – e é com esses setores que precisa articular representações.

Se de um lado a experiência contribui para a construção de um currículo que capacite novos perfis de profissionais universitários para tratar dos problemas das cidades brasileiras e também latino-americanas, onde a maior parte do espaço se produz sem a intervenção profissional, de outro, admite-se que o currículo em si representa apenas uma parcela do desafio: inserir no universo acadêmico as questões afetas à cidade informal, ilegal, incorporá-la no processo didático e na pesquisa, é uma parte fundamental – mas é fundamental também, a criação de alternativas concretas de trabalho para esses novos profissionais. Qualificar a cidade e a moradia da maioria da população não pode ser um gesto de voluntariado mas constituir-se numa efetiva disponibilização desses serviços profissionais de modo extensivo e universal.

Mas a grande questão que antecede a todo o debate permanece em torno da antiga disputa: obras novas ou regularização. À resposta evidente de que, em termos de moradia, é necessário tudo ao mesmo tempo, agora e em todo lugar, se sobrepõe uma evidência: o maior componente na composição do déficit habitacional hoje considerado é o peso excessivo do aluguel nas disponibilidades das famílias e esse aspecto não há projeto de extensão que dê conta...

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE.

IPEA. *Nota Técnica nº 5. Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012)*. Brasília, IPEA, 2013

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS. *Relatório Anual*. São Paulo, FAUUSP, 2004, 2005,.....2013.